

PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO SUBSTANCIAL DA CONFIANÇA NO DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO

Rafael Maffini

Editora Verbo Jurídico
Porto Alegre
2006



<http://bdjur.stj.gov.br>

**Localização: 35(81)
M187p**

Código de barras: STJ00064360

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
(CIP)**

M187p Maffini, Rafael
Princípio da proteção substancial da confiança no
direito administrativo brasileiro / Rafael Da Cás Maffini. —
Porto Alegre : Verbo Jurídico, 2006.

248 p. ; 21cm.

ISBN: 85-7699-013-X

Apresentada anteriormente como Tese de Doutorado na UFRGS

1. Direito Administrativo. 2. Princípio da confiança .I Título.

CDD: 341.3

Bibliotecária Responsável
Ginamara Lima Jacques Pinto
CRB 10/1204



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
A. Considerações gerais	23
B. Delimitação temática	29
C. Plano de exposição	33
PRIMEIRA PARTE: CONTEÚDO DOGMÁTICO DO PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO SUBSTANCIAL DA CONFIANÇA NO DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO	
Capítulo 1. Fundamentos teóricos do princípio da proteção substancial da confiança	35
A. Considerações gerais -teoria dos princípios	35
B. Do Estado de Direito à proteção da confiança e função mediatizadora da segurança jurídica	40
I. Do Estado de Direito à segurança jurídica	40
II. Da segurança jurídica à proteção da confiança	48
III. Proteção da segurança como feição subjetiva da segurança Jurídica	53
C. Da necessária delimitação, conceitual – proteção da confiança e boa-fé	56
D. Dos falsos óbices à incidência do princípio da proteção da Confiança no Direito Administrativo	63
I. Legalidade administrativa	64
II. Interesse público	71
E. Proteção da confiança como princípio constitucional	76
Capítulo 2. O princípio da proteção substancial da confiança no Direito Comparado	79
A. Considerações gerais	79
B. Princípio da proteção da confiança no Direito Administrativo Alemão	81
C. Princípio da proteção substancial da confiança no Direito Administrativo espanhol	88
D. Princípio da proteção da confiança no Direito Administrativo francês	92



Capítulo 3. Recepção do princípio da proteção substancial da confiança no Direito Administrativo brasileiro	96
A. Considerações gerais	96
B. O princípio da proteção substancial da confiança no Supremo Tribunal Federal	98
C. O princípio da proteção substancial da confiança no Superior Tribunal de Justiça	106
D. O princípio da proteção substancial da confiança no direito posto Brasileiro	114
I. Direito posto e direito pressuposto	114
II. Direito posto e proteção substancial da confiança	117

SEGUNDA PARTE: OPERATIVIDADE DO PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO SUBSTANCIAL DA CONFIANÇA E ESTABILIZAÇÃO DAS RELAÇÕES JURÍDICAS EMERGENTES DE CONDUTAS ADMINISTRATIVAS 122

Capítulo 4: Aplicabilidade do princípio da proteção da confiança e preservação de condutas administrativas inválidas indutoras de expectativas legítimas 125

A. Considerações gerais	125
B. Condutas administrativas inválidas e dever-poder de invalidação ex officio – ponderação da autotutela administrativa	125
C. Decadência do exercício dever-poder de invalidação ex officio	131
I. Notas introdutórias	131
II. Decadência como instrumento de concordância prática entre a potestade anulatória ex officio e a proteção substancial da confiança	134
III. Natureza decadencial do prazo - extinção de um direito potestativo	140
IV. Requisitos para a implementação do prazo decadencial – presunção de validade como "base da confiança"	142
V. Requisitos para a implementação do prazo decadencial – condutas ampliativas	145
VI. Requisitos para a implementação do prazo decadencial - boa-fé do destinatário	148
VII. Requisitos para a implementação do prazo decadencial – o decurso do lapso temporal	153
VIII. Prazo decadencial da potestade anulatória e Poder Judiciário	161
IX. Casos especiais de ilimitação temporal da potestade anulatória ex officio	162



D. Preservação total ou parcial dos efeitos de atos administrativos invalidados	168
I. Considerações iniciais	168
II. Proteção substancial da confiança e eficácia ex nunc da invalidação de atos administrativos em relação a terceiros não-causadores do vício	171
III. Proteção substancial da confiança e eficácia ex nunc da invalidação de atos administrativos em relação a destinatários não-causadores do vício	176
IV. Eficácia ordinária não retroativa da anulação em relação a terceiros e destinatários não causadores do vício intrínseco ao ato invalidado	184

Capítulo 5: Aplicabilidade do princípio da proteção da confiança e preservação de condutas administrativas válidas indutoras de expectativas legítimas

A. Considerações gerais	187
B. Proteção substancial da confiança e limites temporais à revogação de atos administrativos	188
I. Notas preliminares	188
II. Prazo decadencial e potestade revogatória	191
III. Requisitos para a implementação do prazo decadencial da prerrogativa revogatória	195
C. Proteção substancial da confiança e a alteração da "base do ato" como condição imprescindível à revogação	197
D. Precedentes decisórios da Administração Pública	209

CONCLUSÕES

A. Conclusões gerais	219
B. Conclusões específicas	221

REFERÊNCIAS

